



POLÍTICA REIVINDICATIVA DA CGTP-IN PARA 2014

1. INTRODUÇÃO	2
2. RENEGOCIAR A DÍVIDA PÚBLICA.....	3
3. AUMENTAR OS SALÁRIOS E AS PENSÕES PARA TRAVAR O EMPOBRECIMENTO E MELHORAR A PROCURA INTERNA	4
4. APOIAR O CRESCIMENTO, AUMENTAR A PRODUÇÃO, DESENVOLVER O PAÍS .5	
5. CRIAR EMPREGOS DE QUALIDADE, MELHORAR A PROTECÇÃO SOCIAL NO DESEMPREGO.....	7
6. DINAMIZAR A CONTRATAÇÃO COLECTIVA, VALORIZAR O TRABALHO E OS DIREITOS DOS TRABALHADORES	9
7. VALORIZAR A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E OS SERVIÇOS PÚBLICOS.....	11
8. DEFENDER AS FUNÇÕES SOCIAIS DO ESTADO	13
9. ASSEGURAR UMA POLÍTICA FISCAL MAIS JUSTA	17

Lisboa, 04.09.2013

1. INTRODUÇÃO

Portugal e os portugueses estão confrontados com uma das maiores ofensivas contra os direitos conquistados com a Revolução de Abril de 1974 e uma das mais graves crises decorrente da política de recuperação capitalista levada a cabo pelos sucessivos governos do PS, PSD e CDS-PP, sozinhos ou coligados, nas últimas três décadas e meia.

A destruição de sectores produtivos, o desaproveitamento dos recursos nacionais e a alienação de empresas e sectores estratégicos, consubstanciam a ofensiva que foi prosseguida no domínio da economia, com total desprezo pelos interesses nacionais e que deu origem aos gravíssimos problemas que o país hoje enfrenta, designadamente a estagnação e recessão económica, os défices estruturais, a dependência externa e o défice público.

O “memorando de entendimento” constituiu mais um passo na escalada de agressão contra os trabalhadores e o povo e conduziu Portugal a uma das maiores crises da sua história. Tal como a CGTP-IN previu e denunciou, o aprofundamento da política de direita, assente em sucessivos pacotes de medidas ditas de “austeridade”, sempre apresentados em nome da consolidação das contas públicas e da competitividade, não só não tiveram os resultados anunciados, como intensificaram a exploração dos trabalhadores e das trabalhadoras, agravaram o empobrecimento das famílias e deterioraram, ainda mais, a situação económica do país.

Passados dois anos de aplicação do “memorando” e de permanência da coligação do PSD/CDS-PP no Governo, Portugal está, hoje, muito pior.

Os trabalhadores, os pensionistas e reformados e os desempregados foram os mais sacrificados, destacando-se: a forte redução da parte dos salários na distribuição do rendimento nacional; a diminuição dos salários da Administração Pública; o congelamento do salário mínimo nacional; a redução do poder de compra das pensões; a redução dos direitos dos desempregados (novo regime publicado em Junho) e o corte das prestações de desemprego; a continuação da redução do número de beneficiários de prestações sociais não contributivas.

Entretanto, o Governo comprometeu-se com a tróica a concretizar mais cortes nos salários, nas pensões de reforma e na despesa social, num montante superior a 4 mil milhões de euros em 2014 e 2015, com particular incidência na chamada “reforma do Estado”, que mais não é que a intensificação da brutal ofensiva contra os trabalhadores da Administração Pública, através, nomeadamente, de medidas de alteração da legislação do trabalho e do regime de aposentações, que visam o despedimento de milhares de trabalhadores, o aumento da duração do tempo de trabalho, sem compensação salarial, a diminuição do valor das pensões de reforma e mais reduções nas funções sociais do Estado (Educação, Saúde, Segurança Social).

Tais cortes, a serem concretizados, teria como resultado mais custos humanos e sociais, mais recessão e, conseqüentemente, a perpetuação do ciclo infernal de exploração dos trabalhadores, de empobrecimento das famílias e da ruína do país.

O estado de definhamento económico em que a política de direita mergulhou Portugal e os impactos sociais reflectidos num desemprego crescente e no empobrecimento sem precedentes, exigem uma mudança de política, em que o aumento da produção nacional, apoiado por um forte e dinâmico sector público, a par da melhoria dos salários e dos rendimentos das famílias, constituem elementos fundamentais para promover o crescimento económico sustentado e a criação de emprego com direitos.

A demissão do Governo e a convocação de eleições para devolver ao povo o poder de decidir sobre o seu presente e futuro mostram-se, na actual situação, imprescindíveis para viabilizar uma verdadeira política alternativa que valorize o trabalho e dignifique os trabalhadores, uma política de Esquerda e Soberana, rumo a um Portugal Solidário e de Progresso.

2. RENEGOCIAR A DÍVIDA PÚBLICA

A política de direita, sistematizada nos programas da troica conduziram o país a uma situação de desastre nacional, que não tem saída se não for posto termo a esta política e a sua substituição por outra, de esquerda e soberana. Em 2009, no ano anterior à aplicação dos programas de “austeridade”, a dívida pública era de 83% do PIB. Cinco anos volvidos, está em 127% (Março/2013).

Os duros sacrifícios impostos aos trabalhadores e à maioria da população são sempre justificados com um crescimento que virá em seguida, mas que não se concretiza. O próprio FMI admite, na 7ª avaliação que, mesmo com um crescimento médio de 1,7% entre 2015-2018 (que não se explica donde virá), a dívida pública será de 115% em 2018.

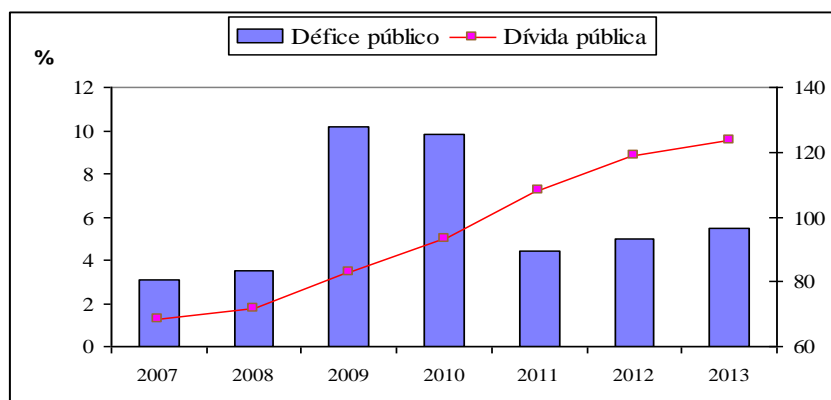
Mas a dívida pública é apenas uma parte do todo. Apesar da brutal transferência da dívida privada para a despesa pública, a dívida total do sector não financeiro é de 450% do PIB (Março); a dívida das empresas privadas passou de 172% do PIB, em Dezembro de 2008, para 187% em Março de 2013; já a dívida dos particulares baixou de 100,8% para 100,4% do PIB no mesmo período.

As estatísticas da dívida demonstram a falsidade da ideia difundida pelos centros de propaganda do Governo de que a crise foi desencadeada por um “viver acima das possibilidades” da generalidade da população. A crise é explicada por factores estruturais que nada têm a ver com os assumidos pelo Governo e que se espelham no baixo crescimento económico desde o início da década passada.

Os encargos com a dívida são insuportáveis e representam uma das principais despesas do Estado (4,4% do PIB este ano, um valor superior à despesa com a educação).

O efeito recessivo da austeridade é evidenciado por um estudo do Banco de Portugal que mostra que em tempo de crise o multiplicador fiscal (que mede a relação entre os cortes na despesa e a variação do PIB) é perto de 2. Um corte de 4,7 mil milhões de euros (MME) conduzirá a uma nova recessão em 2014.

O resultado imediato da austeridade foi o aumento da dívida pública



Fonte: INE e Governo

Nota. (défice e dívida pública em % do PIB, estando esta no eixo da direita)

Colocar, neste quadro, a ênfase numa possível flexibilização das metas para redução do défice no período pós-troica não faz sentido. Com ou sem troica, o país não resolverá os problemas que enfrenta se não promover uma ruptura com o “memorando da troica”, a política de direita e o Governo do PSD-CDS.

Portugal precisa de uma política de esquerda e soberana que assegure a renegociação da dívida com vista a criar condições para relançar a actividade económica, a criação de emprego com direitos e uma justa distribuição da riqueza.

A CGTP-IN considera que é premente a renegociação dos montantes, prazos e juros da dívida.

- A renegociação deve abranger a redução dos juros, cujo peso é insuportável, com a eliminação imediata das sobretaxas e margens subjacentes ao “empréstimo” da troica, bem como, uma reprogramação da dívida de longo prazo (obrigações de tesouro) e de curto prazo (bilhetes de tesouro) que possibilite que o Estado português beneficie das mesmas condições de financiamento atribuídas pelo Banco Central Europeu ao sector financeiro.

3. AUMENTAR OS SALÁRIOS E AS PENSÕES PARA TRAVAR O EMPOBRECIMENTO E MELHORAR A PROCURA INTERNA

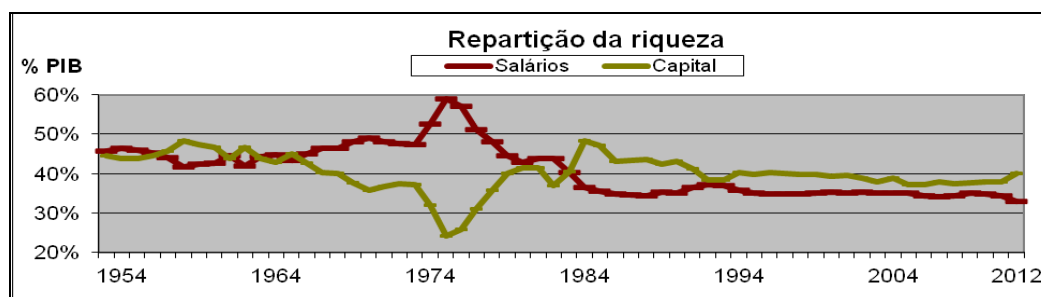
No plano mais imediato, perante a grave situação económica que o país atravessa, a urgência está no aumento dos salários e das pensões de reforma e da aposentação, de forma a travar o empobrecimento e melhorar o poder de compra das famílias, dinamizando o relançamento da procura interna, uma vez que a esmagadora maioria das empresas, incluindo as empresas exportadoras, dependem do consumo para realizar a produção. As empresas não investem num contexto de perda acelerada do rendimento disponível e de incerteza económica.

De facto, o empobrecimento tem vindo a agravar-se e a generalizar-se, sendo que os grandes afectados são os trabalhadores por conta de outrem, os pensionistas e os desempregados. Mas o governo está insatisfeito com a desvalorização salarial que teve lugar nos últimos anos e, para reduzir ainda mais os rendimentos de quem trabalha falseou dados sobre o seu valor real para proporcionar ao FMI a apresentação de um novo relatório, reclamando uma nova redução dos salários.

Esta situação de desvalorização dos rendimentos dos trabalhadores, dos reformados ou aposentados e dos desempregados tem um triplo impacto na sociedade e na economia:

- Aumentam as desigualdades, verificando-se que a repartição do rendimento entre capital e trabalho está cada vez mais desequilibrada. A crise não impediu, no entanto, que as fortunas das sete empresas (grupos económicos e financeiros) mais ricas do PSI-20 já subissem 621 milhões em 2013 (quase tanto como os 660 milhões da verba para o abono de família orçamentada para este ano).

Repartição do rendimento mais desequilibrada



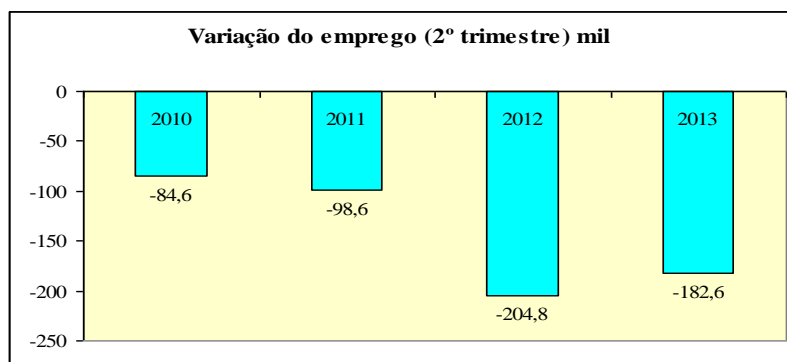
Fonte: Banco de Portugal; valores dos salários representam o salário bruto, menos os descontos para a segurança social; valores do capital dizem respeito ao excedente bruto de exploração

- Provoca uma impressionante destruição de emprego como nunca antes foi verificada. Entre 2009, o ano anterior à aplicação dos Programas de Estabilidade e Crescimento (PEC), e 2013 perderam-se 571 mil empregos (gráfico). A evolução verificada no 2º trimestre reflecte o aumento da emigração e um ligeiro crescimento do emprego de carácter sazonal, precário e de muito baixo salário, não significando uma inversão da tendência de aumento do desemprego.

A taxa de desemprego jovem atingiu, neste 2º trimestre do ano, os 37,1%, registando-se também um crescimento em termos homólogos, havendo mais 25 mil jovens desempregados. Facto especialmente relevante quando verificamos que terão saído do país cerca de 142 mil jovens com idade até 34 anos, o que significa uma diminuição da população activa jovem superior a 7% –

sendo que a emigração maciça de jovens, a maioria qualificados, terá ainda consequências profundas e gravosas a médio/longo prazo.

Impressionante destruição de emprego desde 2010



Fonte: Calculado com base na evolução da população empregada

- Tem um efeito recessivo directo fazendo cair em simultâneo os salários, o consumo e o investimento.

O financiamento da economia, sendo muito importante, não corresponde à primeira prioridade. Os principais obstáculos à produção e à actividade das empresas residem na ausência de mercado interno, pelo que aquelas não investem enquanto se mantiver a sangria do poder de compra das famílias.

A CGTP-IN considera urgente efectuar alguma recuperação do poder de compra das famílias, o que permite também relançar a procura interna, através do aumento dos rendimentos, com efeitos imediatos e não apenas em 2014.

A CGTP-IN propõe medidas de política de rendimentos, combinando a melhoria dos salários com as prestações sociais. Nesse sentido, considera como medidas prioritárias:

- O aumento dos salários, tomando como referência para a contratação colectiva e as reivindicações directas nas empresas, uma actualização não inferior a 3%, com um aumento mínimo garantido de 30€ (1€ por dia);
- A actualização do salário mínimo nacional em 515€, com efeitos a 1 de Setembro deste ano, seguida de uma revisão em Janeiro de 2014, para 550€;
- A actualização do valor das pensões de reforma e a restituição de remunerações, incluindo os subsídios de férias e de natal, que foram retirados indevidamente aos trabalhadores e pensionistas;
- A baixa do IRS e a reformulação dos escalões, no sentido de reforço da progressividade;
- O desbloqueamento da contratação colectiva, nomeadamente com a revogação das alterações gravosas da legislação laboral, e a publicação de portarias de extensão.

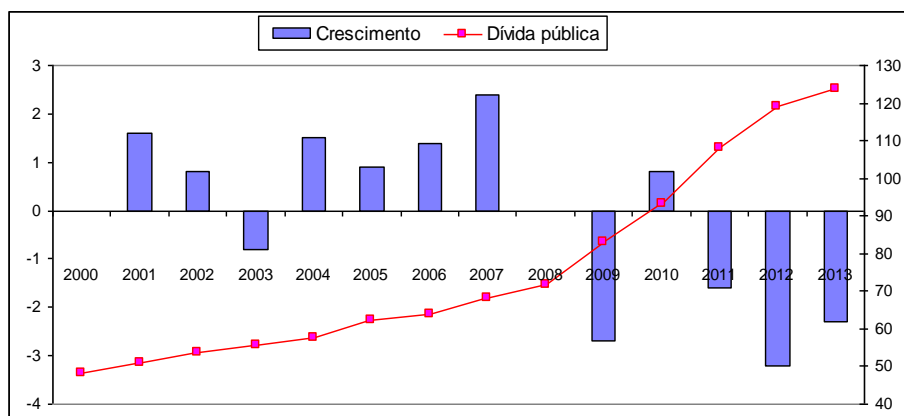
4. APOIAR O CRESCIMENTO, AUMENTAR A PRODUÇÃO, DESENVOLVER O PAÍS

Portugal precisa de um plano estratégico que promova o aumento da produção nacional, o investimento nos recursos naturais e a criação de empregos de qualidade.

A prioridade essencial, a par das medidas imediatas para melhorar o consumo, é a definição e aplicação de um programa de desenvolvimento do país. Para além do valores preocupantes da dívida – devido ao impacto de medidas de combate à crise económica internacional e, depois, aos programas de “austeridade” – existe um problema real de falta de crescimento económico e de perda de competitividade, devido às políticas ruinosas levadas a cabo nas últimas décadas, com a destruição de

empresas e sectores estratégicos da economia nacional, nomeadamente na indústria, na agricultura e nas pescas. O crescimento médio anual entre 2000 e 2009 foi apenas de 0,5%.

Portugal tem um grave problema de falta de crescimento da economia



Fonte: INE e Governo; dívida pública no eixo da direita (% PIB)

A política de direita não resolve nem resolve este problema antes o agrava: i) o equilíbrio externo deu-se apenas devido à diminuição das importações, em resultado da crise, e não da melhoria das condições económicas; ii) as empresas estão a encerrar; iii) os jovens qualificados deixam o país. Ou seja, a capacidade económica do país está a definhar.

O crescimento constitui um imperativo para resolver não só problemas imediatos mas responder a questões estruturantes da economia e da sociedade:

- Combater o desemprego e a destruição de postos de trabalho: só com um crescimento significativo é possível uma redução sustentada do desemprego e da despesa com os respectivos subsídios;
- Reduzir a dívida pública, já que esta aumenta automaticamente com a contracção do PIB;
- Financiar as políticas sociais: um crescimento nominal de 4% (2% de crescimento real e 2% de inflação) determina um aumento de rendimento de 6,6 MM€ e um aumento da receita do Estado de 2,3 MM€, preservando e reforçando as funções sociais do Estado;
- Dar resposta aos problemas ambientais, o que exige, nomeadamente, a substituição de energias fósseis por energias renováveis e a priorização de investimentos em transportes públicos, incluindo o reforço da via-férrea.

O país precisa, no entanto, de uma política de desenvolvimento, que vá além do mero crescimento da economia. É necessário um plano estratégico de desenvolvimento que aposte nos sectores de alto valor acrescentado, permita a substituição de importações, aumente as exportações e responda a problemas estruturais (baixos salários, corte e congelamento dos mesmos, precariedade e trabalho desqualificado, reduzida natalidade e transição energética para uma economia de baixo carbono). É necessário, por outro lado, aproveitar melhor os recursos existentes (ou aqueles de que se vai dispor no âmbito do próximo QCA).

A CGTP-IN defende que um plano estratégico de desenvolvimento deve conter os seguintes vectores essenciais:

- Investir e modernizar os sectores produtivos, com vista a salvaguardar as actividades tradicionais e desenvolver novos sectores; reindustrializar o país; explorar potencialidades subaproveitadas (caso da economia do mar) e desenvolver as energias renováveis;
- Promover o emprego de qualidade, melhorar a formação e a qualificação dos trabalhadores;

- Financiar a economia, incluindo a reconstituição de um sector empresarial do Estado forte nos sectores estratégicos e nas actividades financeiras;
- Orientar o investimento para bens transaccionáveis, para substituir importações e aumentar as exportações;
- Investir na habitação e reabilitação urbana, revogar a lei do arrendamento (lei dos despejos) e promover o alargamento das estruturas de apoio às crianças e aos idosos;
- Melhorar a infra-estruturação do país ao nível dos equipamentos logísticos de apoio à produção e transportes, reduzir os custos de contexto e melhoria dos serviços públicos e da Administração Pública;
- Adequar as verbas do próximo QCA (2014-2020) aos objectivos estratégicos de desenvolvimento, com a participação dos representantes dos trabalhadores nas empresas e/ou sectores apoiados.

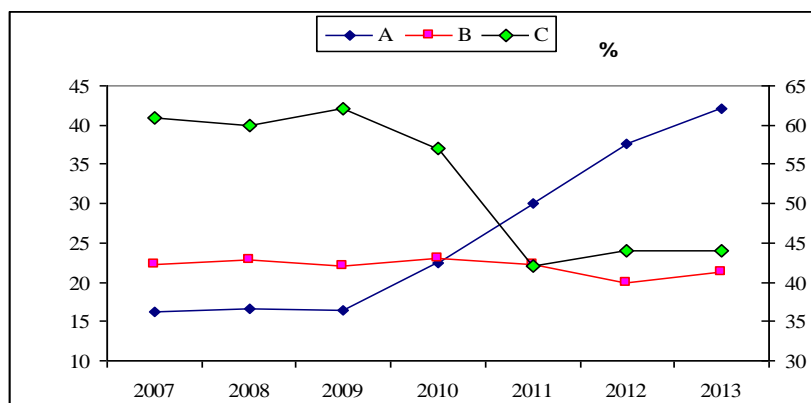
5. CRIAR EMPREGOS DE QUALIDADE, MELHORAR A PROTECÇÃO SOCIAL NO DESEMPREGO

O aprofundamento da política de direita conduziu ao aumento do desemprego e à proliferação da precariedade.

Os números do desemprego, publicados pelo INE, estão longe de mostrar uma reversão da situação económica e social do país. Em termos latos, contam-se 1,5 milhões de pessoas sem emprego, sendo que quase 400 mil postos de trabalho foram destruídos desde que o actual Governo está em funções.

Situação de calamidade no mercado de trabalho

Taxa de desemprego dos jovens (A),
% contratos não permanentes (B),
e % desempregados com prestações de desemprego (C)



Fonte: INE e Estatísticas da segurança social

Nota: (cobertura subsídio de desemprego em 2012, refere-se a Outubro)

O mercado de trabalho no país sofre o impacto devastador das políticas de austeridade: destruição de empregos, aumento da taxa de desemprego (que nos jovens já ultrapassa os 37%), precariedade e redução dos direitos dos desempregados, dos quais mais de metade não tem prestações de desemprego.

A emigração retomou em força em Portugal: em 2011/2012 saíram do país mais de 220 mil pessoas, 43% a título permanente. Esta mobilidade forçada tem impactos profundos no sistema de qualificações, no envelhecimento e na sustentabilidade do sistema de protecção social. A CGTP-IN é a favor da Livre Circulação de Trabalhadores, mas rejeita a política europeia centrada na promoção da mobilidade geográfica como forma de ajustamento económico. Acresce que a emigração maciça de

jovens, a maioria qualificados, terá consequências profundas e gravosas, a médio/longo prazo, no plano económico e a nível social.

As respostas que têm sido dadas, orientadas para as conhecidas políticas activas de emprego e formação para os jovens que ficam desempregados ou deixam a educação formal, pelo empreendedorismo, pela redução dos custos com o trabalho, pela promoção da mobilidade da mão-de-obra a nível europeu ou por mais apoios às empresas para contratar ou para criar lugares de estágio ou de aprendizagem, como é o caso da *Garantia para a Juventude*, não resolvem o problema do desemprego estrutural.

As políticas activas de emprego e de formação profissional podem ter um papel complementar das políticas macroeconómicas. Mas estas medidas estão a ser subvertidas nos seus princípios orientadores, definidos em normas internacionais de trabalho (como a Convenção nº 122, ratificada por Portugal) e na legislação nacional (como a lei-quadro da política de emprego). O Estímulo 2012, o Apoio à Contratação via Reembolsos da TSU e a Medida Incentivo à Aceitação de Ofertas de Emprego (a qual permite a acumulação do salário com o subsídio de desemprego) e a recente prorrogação extraordinária dos contratos a termo, constituem medidas concebidas como instrumento para a baixa dos salários e incentivo ao aumento da precarização do emprego.

A esmagadora maioria dos novos contratos de trabalho são com vínculos precários (mais de 90% dos contratos por conta de outrem celebrados são contratos a termo) e muito mal remunerados, traduzindo-se, também, em outras graves restrições dos direitos dos trabalhadores.

A legalização de empresas de trabalho temporário veio instituir e incentivar o recurso a esta forma precária de prestar trabalho, constituindo mais um instrumento colocado ao dispor das empresas e que é geralmente utilizado como mais um meio de pressão para o abaixamento dos salários, a desregulamentação dos horários e a redução dos direitos.

A questão fundamental que se coloca é a criação de empregos estáveis e com direitos e não a destruição de postos de trabalho. Sem isso, as políticas activas de emprego são ineficientes limitando-se, quando muito, a deslocar os problemas de um grupo social para outro. A segunda grande prioridade é reforçar a protecção social no desemprego.

Assim, a CGTP-IN considera que as direcções fundamentais da acção sindical são:

- Lutar por uma política que assegure o crescimento sustentado da economia, para criar empregos estáveis e com direitos;
- Combater os projectos do Governo para promover os despedimentos e lutar pela revogação das disposições gravosas da legislação do trabalho que têm como finalidade tornar os despedimentos mais fáceis e baratos, generalizar a precariedade e reduzir o subsídio de desemprego;
- Combater todas as formas precárias de emprego, intervindo nos locais de trabalho para assegurar a passagem a efectivos de trabalhadores com contractos de trabalho precários que estejam a ocupar postos de trabalho permanentes, bem como combater todas as formas de trabalho ilegal e clandestino, o trabalho não declarado e o trabalho informal;
- Reclamar a adopção de medidas específicas dirigidas aos desempregados de longa duração, direccionadas para a formação profissional e a rápida reintegração no mercado de trabalho;
- Garantir que as políticas activas de emprego promovam os níveis e a qualidade dos empregos;
- Exigir a revisão do regime do subsídio de desemprego e a atribuição do subsídio social de desemprego, durante o período da crise, aos desempregados que não tenham protecção social.

6. DINAMIZAR A CONTRATAÇÃO COLECTIVA, VALORIZAR O TRABALHO E OS DIREITOS DOS TRABALHADORES

A ideologia neoliberal tem procedido a um ataque sistemático aos direitos individuais e colectivos dos trabalhadores, em que se destaca o papel de organizações económicas internacionais como o FMI, a CE, o BCE, o BM e a OCDE. Os direitos dos trabalhadores são repetidamente apresentados como “privilégios” e como uma “rigidez” do mercado de trabalho.

O Governo do PSD/CDS-PP abriu uma nova fase no enfraquecimento e, nalguns casos, aniquilação de direitos individuais e colectivos dos trabalhadores. É retomada a tese de que são necessárias alterações à legislação de trabalho para assegurar a competitividade da economia, apesar de todas as anteriores alterações, particularmente o Código de Trabalho de 2003 e as suas posteriores revisões demonstrarem o contrário.

O designado “memorando de entendimento” e o “Acordo para o crescimento, competitividade e emprego”, contêm medidas de aprofundamento da flexibilidade do mercado de trabalho, de redução significativa dos direitos dos trabalhadores e de diminuição do direito à segurança social, destacando-se, entre outras malfeitorias: a flexibilidade do tempo de trabalho, alargando o tempo de disponibilidade do trabalhador para a empresa, sem aumento de salário; a redução da retribuição do trabalho extraordinário; a diminuição do número de dias de férias e de feriados; a facilitação dos despedimentos por inadaptação e por extinção do posto de trabalho; a redução das indemnizações por despedimento; a diminuição da protecção social no desemprego; a descentralização da negociação colectiva.

Apesar da resistência e da luta sindical, que derrotaram ou reduziram o alcance de várias medidas, as sucessivas alterações da legislação laboral têm agravado as condições de trabalho, com reflexos na degradação da saúde dos trabalhadores e no aumento da incidência de acidentes de trabalho, no que constitui um profundo retrocesso social e civilizacional.

A tendência é cada vez mais no sentido de uma menor efectivação das normas, seja no domínio geral dos direitos laborais e sindicais, seja quanto aos regimes específicos que regulam os direitos de maternidade e paternidade, formação profissional, saúde e segurança no trabalho, etc.

Os trabalhadores vêm, assim, negados direitos, sob a alegação de uma crise de que não são responsáveis. Mas não foi por isso que a economia ficou mais competitiva.

A crise também não deixou por isso de se intensificar. A situação económica das empresas, estejam ou não perante dificuldades reais, serve hoje de pano de fundo à violação dos direitos dos trabalhadores, incluindo de direitos fundamentais, perante uma Administração do Trabalho que não só não actua como, objectivamente, promove medidas comprovadamente ilegais e inconstitucionais.

A CGTP-IN assume as seguintes prioridades de acção sindical:

- Intervir nos locais de trabalho com vista a assegurar a efectividade dos direitos consagrados nas normas, legais e contratuais; reclamar a efectividade de salário igual, para trabalho igual ou de igual valor; fazer respeitar os horários de trabalho consagrados nas convenções colectivas de trabalho ou que resultem de usos das empresas, que sejam mais favoráveis aos trabalhadores;
- Combater quaisquer tentativas de aplicação das alterações gravosas do código do trabalho e defender normas, constantes de convenções colectivas de trabalho ou de usos da empresa, que sejam mais favoráveis que as do Código de Trabalho;
- Exigir o reforço dos meios e capacidade de intervenção da ACT e da CITE, de forma a assegurar uma melhor fiscalização e controlo do cumprimento da lei por parte das empresas, em todos os domínios, e a adopção de medidas que melhorem o funcionamento dos Tribunais do Trabalho;

- Fazer respeitar o direito à formação profissional, previsto no Código de Trabalho, para que seja efectivamente cumprido em todas as empresas;
- Exigir medidas dirigidas à redução da sinistralidade laboral que continua inaceitavelmente elevada.

DINAMIZAR A CONTRATAÇÃO COLECTIVA

A contratação colectiva tem sido marcada por seis aspectos essenciais de natureza interdependente: a recessão económica, a diminuição real dos salários e até mesmo uma redução salarial nominal no sector público, a não actualização do salário mínimo e a não publicação das portarias de extensão, a situação de prático colapso na contratação colectiva no sector privado, a alteração do quadro legislativo e a intensificação do ataque aos direitos laborais, sociais e sindicais, no quadro de um brutal crescimento do desemprego e da precariedade.

Os congelamentos e cortes salariais na Administração Pública têm um grande impacto pela importância que este sector tem tido como referencial para a fixação dos salários no sector privado, a que acresce o congelamento do salário mínimo nacional desde 2011.

Estas medidas inscrevem-se numa política geral de redução salarial determinada pelo “memorando de entendimento” a qual, aliada à interferência da troica nos processos de fixação dos salários – no sentido da “descentralização” da contratação colectiva e da não extensão dos contratos colectivos –, conduziu a uma situação de prático colapso na contratação colectiva. Em 2012, foram apenas publicadas 85 convenções colectivas de trabalho verificando-se uma enorme quebra das convenções de âmbito sectorial. As tendências são idênticas em 2013 (1º semestre).

Por sua vez, a publicação de portarias de extensão foi primeiro suspensa e depois fortemente restringida em resultado dos acordos com a troica. O Governo definiu critérios com o objectivo de recusar a publicação de portarias de extensão (Resolução do Conselho de Ministros nº 90/2012 de 31.10), sendo exigido que, em regra, a parte empregadora subscritora da convenção colectiva tenha ao seu serviço pelo menos 50% dos trabalhadores do sector de actividade, no âmbito geográfico, pessoal e profissional de aplicação pretendido.

Indicadores sobre a contratação colectiva (sector privado)

	2010	2011	2012	2012*	2013*
Total de convenções colectivas	230	170	85	42	55
Convenções de sector	166	115	46	23	21
Acordos de empresa	64	55	40	19	24
Extensão de convenções colectivas	116	17	12	12	9
Trabalhadores abrangidos (1000)	1295	1203	306	208	167

Fonte: DGERT; * 1º semestre

Esta situação de quase colapso não se deve apenas à crise económica mas a uma orientação política no sentido de enfraquecer a contratação colectiva sectorial, reduzir o número de trabalhadores abrangidos por regulamentação convencional, diminuir os direitos consagrados nas convenções e aumentar o peso do contrato individual de trabalho na relação de trabalho. É nesta matriz que se inscrevem as alterações ao Código de Trabalho, às interferências directas deste no direito de contratação colectiva e as restrições à publicação de portarias de extensão.

A concretização do exercício pleno do direito de contratação colectiva consagrado na Constituição da República é um objectivo de primordial importância para garantir a defesa dos direitos dos trabalhadores e a melhoria das suas condições de vida e de trabalho. A contratação colectiva constitui, também, um instrumento de distribuição de riqueza e de progresso social e de estabilidade das relações laborais, quer no sector privado, quer na Administração Pública, quer no sector empresarial do estado.

A CGTP-IN considera que as medidas tomadas pelo actual governo e os que o antecederam violam o direito de contratação colectiva e a liberdade sindical pelo que apresentou, em Junho, uma queixa junto do Comité de Liberdade Sindical da OIT.

A CGTP-IN defende como orientações fundamentais a efectivação do direito de contratação colectiva, que está garantido na Constituição, mas foi em grande parte esvaziado. Neste sentido, a acção será dirigida prioritariamente para:

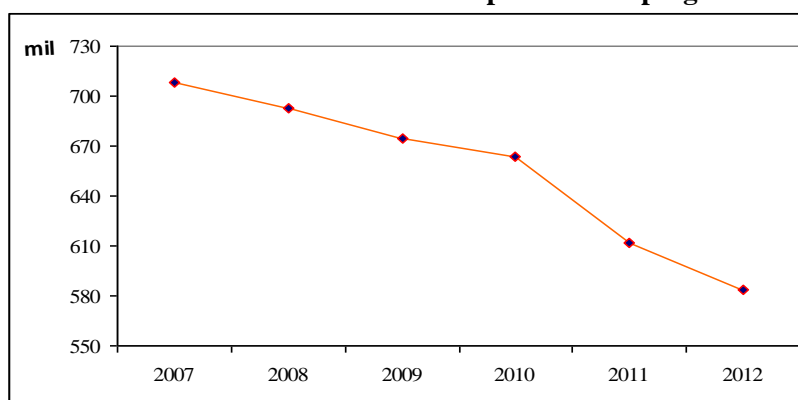
- A continuação da luta pela revogação das alterações legislativas que põem em causa o exercício efectivo do direito de contratação colectiva consagrado na Constituição, como é o caso das normas do código do trabalho que se destinam a promover a caducidade das convenções e a anulação do princípio do tratamento mais favorável ao trabalhador;
- A exigência da publicação de portarias de extensão das convenções colectivas, cuja larga maioria foi suspensa desde meados de 2011;
- O combate contra os objectivos estratégicos do governo e do patronato para anular a contratação colectiva e individualizar as relações de trabalho para, dessa forma, fragilizar a força organizada dos trabalhadores e aumentar a exploração;
- O desenvolvimento da acção integrada nos locais de trabalho, visando o reforço da organização e a dinamização das reivindicações directas nas empresas, articulando a contratação colectiva com a acção e a luta reivindicativa nos locais de trabalho.

7. VALORIZAR A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E OS SERVIÇOS PÚBLICOS

Os trabalhadores da Administração Pública têm sido um dos principais alvos da política de austeridade, através, nomeadamente, do corte de salários e pensões, da redução do emprego e das alterações na legislação de trabalho e de alterações no regime de aposentações.

A perda contínua de emprego na Administração Pública nos últimos anos foi acelerada com as medidas do actual Governo do PSD/CDS-PP, no quadro dos seus compromissos perante a tróica, com consequências nos planos dos serviços prestados, da sua qualidade e no próprio papel que o Estado pode e deve ter no apoio ao desenvolvimento económico, em particular a nível regional e local.

O Governo PSD/CDS-PP acelerou a perda de emprego na AP



Fonte: DGAEP

Com as medidas que têm sido anunciadas, no âmbito da chamada “reforma do Estado” – e que consideramos algumas delas inconstitucionais – pretende-se destruir dezenas de milhares de postos de trabalho e fazer regredir as relações e condições de trabalho na Administração Pública para acelerar o desmantelamento das funções sociais do Estado e reduzir e degradar os serviços públicos.

O Tribunal Constitucional ao declarar inconstitucional o chamado regime de requalificação dos trabalhadores em funções públicas, confirmou a ilegalidade denunciada pela CGTP-IN, ao considerar que a denominada requalificação e formação para facilitar o reinício de funções em outros serviços, tinha como grande objectivo promover o despedimento sem justa causa, traduzido num despedimento colectivo massivo (30 mil trabalhadores, segundo o Governo). O diploma das rescisões por despedimento tem a mesma finalidade, visando, inclusivamente, despedir os trabalhadores de forma mais rápida e com a justificação de ter sido com o seu acordo. Hipocrisia e cinismo são atitudes que marcam o comportamento dos governantes também neste domínio. Sector em que o governo pretende reduzir com grande violência é o da Educação. Apesar de as escolas se debaterem com falta de pessoal não docente, as suas direcções foram obrigadas a indicar trabalhadores para a mobilidade especial, e quanto aos docentes, o governo pretende não só tornar residual a contratação, como afastar milhares de professores dos quadros. A Escola Pública sofrerá um sério e gravíssimo revés se o governo conseguir concretizar as suas intenções.

A promulgação da Lei, pelo Presidente da República, que prevê o aumento do horário de trabalho das 35 para as 40 horas, para além do enorme retrocesso social que representa ao contrariar o princípio da redução progressiva da duração de trabalho fixado em normas internacionais, incluindo a Carta Social Europeia, instituiu uma nova forma de trabalho gratuito (equivalente à “corveia” como era chamada na Idade Média).

A invocação dos princípios da justiça e da equidade para justificar este aumento do tempo de trabalho, alegando que se trata de restabelecer a igualdade com os trabalhadores do sector privado, cuja duração semanal normal máxima é de 40 horas, para além de falsa, constitui uma verdadeira imoralidade. O mesmo argumento é invocado no projecto de lei geral do trabalho em funções públicas. Estamos perante uma perversão da ideia de igualização, historicamente associada ao progresso. A intenção deste aumento do horário de trabalho visa colocar os trabalhadores a trabalhar mais 41 dias por ano, a desvalorizar ainda mais os seus salários (em 17,9%) e a aniquilar cerca de 72 mil postos de trabalho.

A alteração ao regime das pensões sob a invocação da convergência com o sector privado, é grave não só pela dimensão de um corte de 10%, mas pelo facto de se tratar de pensões já em pagamento, pelo que representa uma medida de natureza retroactiva que fere princípios fundamentais de um Estado de direito. A promessa de retirada do corte logo que haja condições económicas não passa de uma mentira que o Governo usa hipocritamente para perpetuar no tempo esta medida.

A CGTP-IN considera as seguintes prioridades:

- A concretização e o reforço das funções sociais do Estado, inscritas na Constituição da República Portuguesa, e a eficiência e eficácia dos serviços públicos, que passa pela sua descentralização, para dar resposta às necessidades básicas das populações;
- Combater as alterações da legislação laboral que têm como objectivos reduzir serviços públicos, destruir postos de trabalho, promovendo despedimentos em massa e efectuar novos cortes nas pensões de aposentação, incluindo as que já estão a ser pagas;
- Promover a valorização da Administração Pública e dos serviços públicos, através de iniciativas de denúncia pública, de forma a informar e esclarecer que não está em jogo uma mera redução da despesa para, alegadamente, diminuir o défice público mas antes enfraquecer o papel que o Estado tem na sociedade;
- Agir no sentido da melhoria dos serviços da Administração Pública, da defesa do emprego e limitação da duração do trabalho a 35 horas de trabalho e da garantia e promoção dos direitos de negociação e de contratação colectiva;
- Solicitar a inconstitucionalidade das medidas, nomeadamente as que visam o aumento do horário de trabalho para as 40 horas e a alteração do regime de pensões.

8. DEFENDER AS FUNÇÕES SOCIAIS DO ESTADO

Os cortes na despesa do Estado já efectuados agravaram a situação de desastre económico e social. Mais cortes, no âmbito do Orçamento de Estado para 2014, como os que são exigidos pelo Governo e tróica, para além do impacto recessivo, abríam mais o caminho à destruição das funções sociais do Estado, afectando áreas como a protecção e a segurança social, a saúde, a educação, a cultura, a habitação e a protecção ambiental.

Ao contrário do que é afirmado, a despesa social do Estado é inferior à média comunitária. A despesa pública era em 2011 de 48,9% do PIB face a 49,4% na zona euro e de 57,9% na Dinamarca (Eurostat), apesar de termos um mais baixo nível de vida e um desemprego superior. Por sua vez, a despesa de protecção social por pessoa, em paridades de poder de compra, era em 2010 de apenas 2/3 do valor médio na zona euro e pouco mais de metade relativamente à Holanda.

Pela acção e pela luta de gerações sucessivas desde o 25 de Abril, o Estado criou e desenvolveu um sistema de segurança social que, apesar de insuficientemente desenvolvido, comporta importantes funções sociais, norteadas segundo princípios inscritos na Constituição. Hoje a generalidade dos idosos é abrangida por pensões, mesmo que uma parte seja de montante reduzido; foi construído um Serviço Nacional de Saúde assente na universalidade com ganhos em saúde substanciais; houve uma democratização do ensino, foi prolongada a escolaridade obrigatória e ocorreu uma forte expansão no ensino superior.

É este património que é posto em causa pelas políticas de austeridade cujas consequências para o dia-a-dia da população estão à vista. Entre outras, a baixa histórica na parte dos desempregados que são cobertos por prestações de desemprego; a redução dos beneficiários do abono de família; as restrições no acesso ao SNS.

A CGTP-IN defende:

- O reforço das funções sociais do Estado, inscritas na Constituição, e os serviços públicos, enquanto factores de desenvolvimento, de coesão social e de promoção da igualdade, de facto, entre todos os cidadãos;
- O reconhecimento dos princípios da universalidade dos direitos e do imposto progressivo, os quais constituem duas pedras angulares das funções sociais que o Estado tem a obrigação de assegurar;
- Um forte combate contra uma suposta “reforma do Estado” em que este deixe de ser o principal prestador de serviços essenciais para assumir o papel de mero regulador ou orientador, com capacidade para intervir apenas quando os serviços não forem completamente providenciados pelo sector privado;
- O desenvolvimento e reforço da acção e da luta por uma Segurança Social pública, solidária e universal; um SNS universal geral e gratuito; uma Escola Pública Democrática, com qualidade e inclusiva; serviços públicos essenciais à população (como a água, a energia, os transportes públicos); direito a uma habitação condigna; direito ambiental.

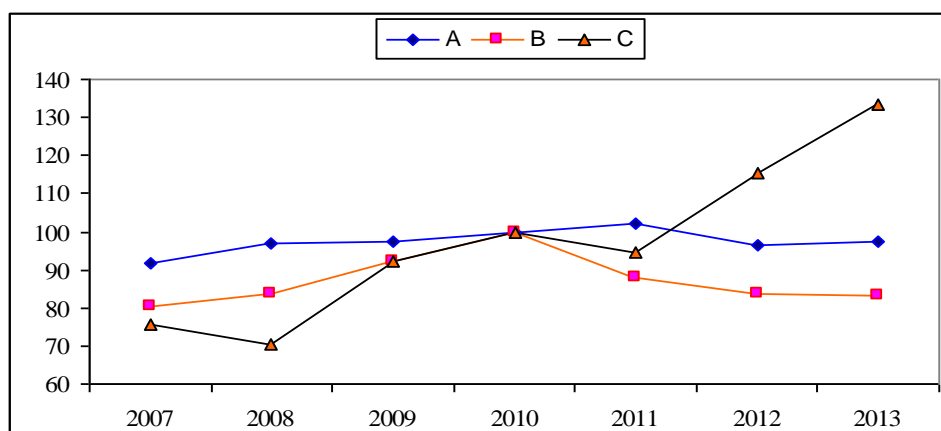
SEGURANÇA SOCIAL

A destruição do emprego, a precariedade e a redução dos salários está a pôr em causa o direito à segurança social por asfixia dos seus meios financeiros e pelo aumento da despesa com o desemprego.

O problema é predominantemente apresentado como de sustentabilidade da segurança social devido ao envelhecimento da população. A crise evidencia que o problema fundamental reside na economia e na política seguida. As três variáveis-chave que determinam em grande parte a situação actual são (ver gráfico): a diminuição das contribuições (caíram mais de 5% em 2012); a redução das transferências

do OE para cumprimento da LBSS (Lei de Bases da Segurança Social), as quais se destinam basicamente ao financiamento dos regimes não contributivos; e a explosão da despesa com o desemprego, apesar da maioria dos desempregados não ter acesso às prestações do sistema.

Contribuições (A), transferências do OE (B) e despesa com desemprego (C) 2010 = 100



Fonte: Conta da Segurança Social e Orçamento de Estado
Nota: As transferências do OE respeitam ao cumprimento da LBSS

Outros factores acrescem como a integração, no modo como foi feita, dos trabalhadores da banca na segurança social, pois as verbas transferidas pelas instituições bancárias não entraram nos cofres do sistema. O acréscimo de despesa com o pagamento de pensões será superior a mil milhões de euros em 2012-2013.

Acresce a decisão do Governo de concentrar as aplicações do Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social (FEFSS) em títulos da dívida pública portuguesa, até ao limite de 90%. Esta medida, para além de violar princípios elementares (o fundo pertence não ao Estado mas aos trabalhadores que o alimentam com descontos efectuados sobre os salários), põe em causa o princípio da diversificação da aplicação de activos e representa um risco de perdas numa situação em que a segurança social apresenta um défice devido à crise.

O sistema só não entrou em ruptura devido a transferências para financiamento do défice (857 milhões em 2012 e 970 milhões em 2013).

Não são os factores demográficos que determinam a situação actual; mas estes também pesam porque a política de empobrecimento deliberado ocasionou o regresso da emigração em massa.

Estes factores têm sido ignorados quando se invoca “não haver dinheiro” para justificar os cortes nas prestações. O direito à segurança social foi negado ou cerceado: desde 2010 que milhares de trabalhadores, de famílias e de desempregados ficaram sem abono de família, sem rendimento social de inserção e sem prestações de desemprego. Com consequências na desprotecção social, na pobreza, nas desigualdades e na própria recessão económica devido à contracção do rendimento disponível.

A CGTP-IN defende uma política que garanta o direito à segurança social, a qual deve ser ancorada em quatro vectores fundamentais:

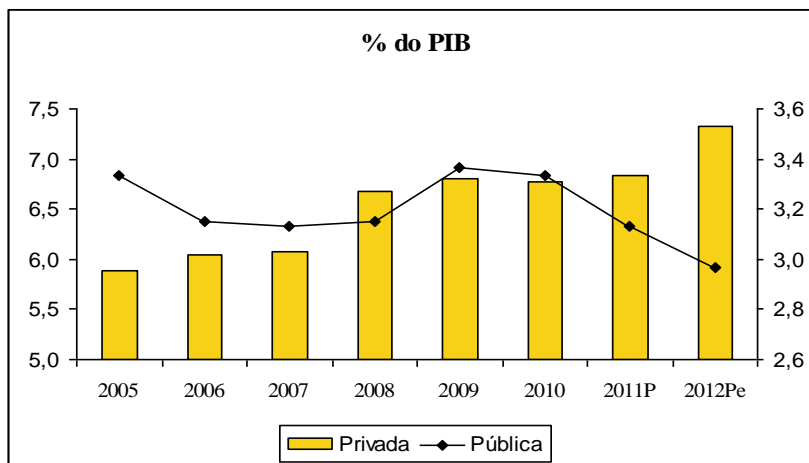
- Melhoria da segurança social direccionada para o acesso às prestações, contributivas e não contributivas, e à actualização das prestações, incluindo a revisão de todas as pensões e a actualização do IAS;
- Medidas de emergência destinadas a aliviar no imediato a situação dos desempregados e das famílias em situação de maior necessidade, incluindo o alargamento do subsídio social de desemprego, sem prejuízo da luta pela revisão das alterações legais que, no âmbito dos programas de austeridade, reduziram o direito à segurança social;

- Garantia da sustentabilidade incluindo o financiamento pelo Estado dos défices do regime previdencial devido à crise; a reavaliação periódica do regime de transferência para o Estado das responsabilidades relativas às pensões da banca; a reposição da normalidade quanto aos objectivos do FEFSS enquanto direito e pertença dos trabalhadores; a diversificação das fontes de financiamento; o combate à fraude e à evasão fiscal e contributiva; a recuperação de dívidas;
- Rejeição das propostas do Governo que visam a elevação da idade da reforma para 66 anos, por via do agravamento do Factor de Sustentabilidade, e o plafonamento.

SAÚDE

As políticas actuais conduzem ao agravamento das desigualdades. O exemplo da saúde é paradigmático. A despesa pública com a saúde desce fortemente a partir de 2010 estando previsto uma nova descida este ano, decorrente do OE. Verifica-se, ao mesmo tempo, a subida da despesa privada a qual depende da capacidade económica dos cidadãos. Uma parte destes foi mesmo forçada a reduzir a despesa com a saúde por motivos económicos. Segundo o Observatório Português dos Sistemas de Saúde, tal aconteceu com 30% dos inquiridos num estudo efectuado.

Despesa corrente pública em saúde com forte descida



Fonte: INE; 2012 (dados preliminares; privada no eixo da direita)

As agressões ao Serviço Nacional de Saúde acompanham uma opção política evidente de desinvestimento e privatização das Funções Sociais do Estado e uma lógica de utilizador-pagador que colocam em causa princípios de igualdade e equidade. A organização e gestão das instituições públicas merecem especial atenção. A transformação de hospitais em empresas públicas (EPE) e a criação das parcerias público-privadas (PPP) foram opções que se destinaram a servir exclusivos interesses privados, fazendo da saúde um negócio lucrativo para os grupos económicos e financeiros, à custa da degradação da qualidade da prestação dos serviços e dos cuidados de saúde prestados às populações e que são hoje, também, responsáveis pelo buraco financeiro que o governo utiliza para justificar cortes na saúde.

A promiscuidade entre o sector público e privado potencia o desperdício, que poderá aumentar com as medidas mais recentes. A salvaguarda do SNS, enquanto sector público prestador da generalidade dos cuidados e de acesso universal, é para a CGTP-IN condição estratégica essencial. Aprofundar elementos de privatização, como pretende o actual governo, pelos elevados custos directos da saúde que serão incomportáveis para a generalidade da população, terá efeitos catastróficos.

O aumento dos custos com a saúde resulta também da prevalência de cuidados dirigidos ao tratamento em detrimento da promoção da saúde e da prevenção da doença. Os Cuidados de Saúde Primários são

o instrumento fundamental de qualquer sistema de saúde e devem ser objecto de adequado desenvolvimento.

A CGTP-IN defende a existência de um SNS que responda às necessidades de saúde das populações, o que exige:

- Dar cumprimento aos preceitos constitucionais quanto à garantia do acesso de todos os cidadãos ao SNS, independentemente da sua situação económica, através das Redes Públicas Prestadoras de Cuidados de Saúde (cuidados de saúde primários, hospitalares, continuados, pré-hospitalares e outras), que deve assegurar a generalidade dos cuidados gerais e especializados, em função das necessidades;
- Dar prioridade a uma política que reforce a promoção da saúde e a prevenção da doença, integre a articulação intersectorial, garanta a cada família um médico e enfermeiro, enquadrados em equipas multiprofissionais, e reforce os necessários recursos que garantam cuidados de proximidade, de forma a melhorar os indicadores de saúde da população;
- Parar o desmantelamento do SNS, combatendo o encerramento de unidades de saúde e/ou serviços; rejeitar a reprivatização de hospitais públicos e a sua entrega às Misericórdias e suspender novas parcerias público-privadas, procedendo à reversão das existentes para o Sector Público Administrativo;
- Assegurar o financiamento adequado para a existência de recursos humanos e materiais no SNS, capazes de garantir a resposta pública a cuidados de saúde com qualidade, segurança e em tempo útil;
- Revogar o regime das taxas moderadoras, por representar uma participação acrescida dos utentes nos custos de saúde e, porque desse modo, é também restringido o acesso dos cidadãos aos cuidados de saúde;
- Executar uma política do medicamento universal e com acesso garantido a todos, tendo em conta o carácter único e diferenciado dos restantes bens que o medicamento abarca; revogar as alterações introduzidas nas comparticipações, para permitir o acesso aos doentes crónicos, idosos e carenciados.

EDUCAÇÃO

Também na Educação, as verbas destinadas ao sector, em apenas 3 anos, passaram de um valor superior aos 5% para pouco mais de 3% do PIB, colocando Portugal num dos lugares mais baixos da UE. Apesar das grandes dificuldades que as escolas públicas atravessam, o governo comprometeu-se com a tróica a cortar mais cerca de 1.000 milhões de euros na Educação, entre 2013 e 2015, o que porá em causa o próprio funcionamento do sistema público. Aqui não está presente apenas a questão financeira, mas, essencialmente, a intenção de beneficiar os privados, entregando-lhes de mão beijada uma forte parcela do sistema educativo. Privatizar será palavra de ordem do governo, reservando para o Estado, apenas, o que não servir para encher os bolsos dos empresários do sector, por norma, com fortes proximidades ao poder político. Deliberadamente, o governo atenta contra a Constituição da República Portuguesa e, em nome de uma alegada liberdade de escolha, avança ilegalmente pelos caminhos da privatização, por enquanto, através da eliminação de critérios para a celebração de contratos de associação, deixando ao livre arbítrio dos governantes as decisões sobre os benefícios a conceder aos promotores privados, mas abrindo espaço para, em breve, surgir o pré-anunciado recurso ao designado “cheque-ensino”.

O que está em jogo na discussão da chamada “reforma do Estado” não é a dimensão da carga fiscal, como o Governo tem propalado. É antes a substituição das funções que o Estado assegura numa base Constitucional predominantemente universalista e solidária, ancorada em direitos, pelo recurso ao mercado pelos que podem, limitando-se o Estado a “assistir” os mais pobres.

Enfraquecer o Estado e as funções que lhe incumbem assegurar, significa reduzir a sua capacidade para defender o interesse público e os mais desprotegidos face ao poder privado e aos mais ricos e privilegiados.

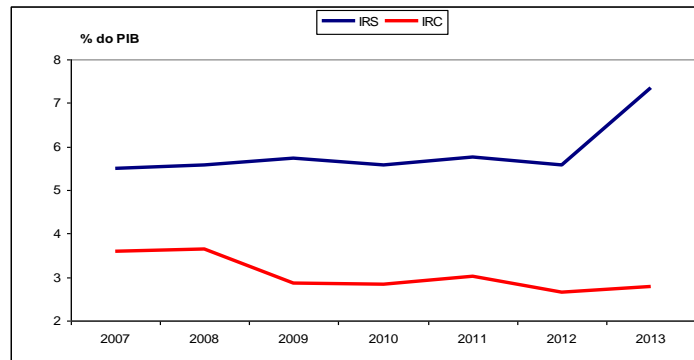
A CGTP-IN defende uma Escola Pública Democrática, assente na promoção do sucesso escolar educativo dos alunos e no combate ao abandono escolar. Nesse sentido, considera prioritário:

- Combater os despedimentos no sector da educação, conferindo estabilidade ao exercício profissional dos trabalhadores, garantir a sua participação democrática nos diversos âmbitos da direcção e gestão das escolas e defender as carreiras desses profissionais, valorizando-as nos seus variados domínios.
- Melhorar as condições de trabalho nas escolas, nomeadamente reduzindo o número de alunos por turma, reorganizar os horários de trabalho segundo as exigências que se colocam aos profissionais da educação e adequar os recursos humanos, materiais e financeiros às necessidades das escolas;
- Financiar adequadamente a educação no sentido de garantir a gratuitidade de frequência da Educação Pré-Escolar, bem como de todos os níveis da escolaridade obrigatória. Respeitar o preceito constitucional que impõe um carácter tendencialmente gratuito à frequência do Ensino Superior;
- Realizar uma verdadeira reorganização curricular, no quadro do alargamento da escolaridade obrigatória, que responda positivamente às necessidades de uma sociedade em mudança e garanta a elevação da qualidade da educação, do ensino e da formação; consideram-se essenciais todas as áreas de aprendizagem, independentemente de se dirigirem ao reforço de conhecimentos, à construção de competências ou à formação para o exercício de uma cidadania plena, num quadro democrático;
- Intervir no âmbito da rede escolar para melhorar e conferir qualidade ao ensino e não para poupar dinheiro à custa do emprego dos profissionais e de sacrifícios impostos às crianças e aos jovens;
- Consagrar respostas sociais públicas fortes e eficazes, tendo em conta a situação de crise e empobrecimento que se abate sobre a generalidade das famílias. Exigem-se respostas que contemplem domínios como o da ocupação dos tempos livres, dos transportes escolares, das refeições, bem como a garantia de gratuitidade dos manuais escolares. Torna-se necessário reforçar verbas destinadas à acção social escolar, incluindo as que são transferidas para as autarquias, permitindo-lhes que satisfaçam as responsabilidades que lhes estão atribuídas;

9. ASSEGURAR UMA POLÍTICA FISCAL MAIS JUSTA

Apesar do forte agravamento da carga fiscal, o peso conjunto dos impostos e das contribuições sociais era em 2011 de 33,2% face a 39,5% na zona euro. As questões fundamentais não têm a ver apenas, ou principalmente, com a dimensão da carga fiscal em si mas com problemas como a sua distribuição pelos grupos sociais, a insuficiente progressividade do sistema fiscal, a utilização da política fiscal como instrumento de apoio à recuperação económica e a existência de meios suficientes pelo Estado para responder a problemas estruturais do país.

A política dita de austeridade agravou a injustiça na repartição social da tributação, penalizando ainda mais os assalariados e os reformados. As categorias de menor rendimento foram mais atingidas pelo agravamento do IVA na medida em que o seu rendimento é mais absorvido pelo consumo. O brutal aumento do IRS em 2013 tornou mais desequilibrada a relação entre a tributação por via do IRS e a relativa ao IRC:



Fonte: INE e FMI

O sistema fiscal tornou-se-mais regressivo, devido ao peso dos impostos indirectos e às alterações ao IRS, particularmente a diminuição do número de escalões.

Ao mesmo tempo, o Governo pretende diminuir a fiscalidade sobre as empresas sob o argumento de que assim se estimula o crescimento. Porém, o impacto do IRC no crescimento é limitado porque a maioria das empresas não paga IRC sobretudo na presente conjuntura; a taxa de imposto (17%, sendo de 15% para as grandes empresas) é muito inferior à nominal (31,5%); o investimento directo estrangeiro beneficia já de regimes de incentivos negociados caso a caso. Os grandes beneficiários de uma tal reforma, que sangrará os cofres públicos em cerca de 1,4 mil milhões de euros nos próximos cinco anos, serão os grandes grupos económicos. Se a reforma se concretizar a desigualdade fiscal será maior com os trabalhadores e a famílias a pagarem mais imposto e as empresas menos. O problema da maioria das empresas reside na falta de consumo pelo que o estímulo ao crescimento se deve fazer por meio de alterações ao IRS a fim de diminuir a carga fiscal sobre as famílias.

A injustiça fiscal está também no elevado volume de fraude e de evasão fiscal, o qual aproveita sobretudo aos grupos sociais com mais poder económico. O *stock* da dívida está a aumentar. É de 18,1 mil milhões de euros (MME) no final de 2012 (note-se que este valor representa 10,9% do PIB).

A CGTP-IN defende:

- Uma reforma fiscal que torne o sistema fiscal mais justo, que reduza as desigualdades e que assegure meios suficientes pelo Estado para responder a problemas estruturais do país, incluindo os que se prendem com o impulso ao desenvolvimento do país, o envelhecimento da população e a transição energética.
- A adopção de medidas que assegurem:
 - A redução do IRS e o reforço da sua progressividade, incluindo a reposição dos 8 escalões, o que constitui uma medida prioritária para estimular a procura interna;
 - A diminuição do IVA e o alargamento dos produtos e serviço sujeitos à taxa reduzida, nos quais se incluem o gás e a electricidade, garantindo que há uma redução efectiva no preço final;
 - Alargamento da base de tributação do IRC, incluindo a aproximação da taxa efectiva à taxa nominal através da eliminação ou redução de benefícios fiscais, diferenciação da taxa de imposto tendo em conta o volume de negócios, eliminação da dedução sobre os lucros distribuídos, e redução do imposto para lucros reinvestidos;
 - Reforço da progressividade dos impostos para assegurar justiça fiscal e aumentar as receitas do Estado;
 - Combate à fraude e à evasão fiscal, o que exige o reforço da Administração Fiscal;
 - Criação de uma taxa sobre as transacções financeiras.